

Desvitimização¹: trabalho psíquico²

Mara Selaibe

Resumo No bojo da vivência traumática, o sujeito fica acochado na posição de vítima silenciada. O texto aborda a transferência atratora da violência intrapsíquica para transformá-la em investimento intersubjetivo possível de ser elaborado (Green), e retoma exemplos de trabalhos coletivos que enfrentam a violência sofrida pelo sujeito psíquico e por grupos envolvidos (Viñar). A abertura intersubjetiva permite outras identificações ao sujeito desvitimizado.

Palavras-chave trauma; vítima; transferência; desvitimização.

Mara Selaibe é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Professora no curso de pós graduação do *Diversitas* – Núcleo de Estudos sobre as Diversidades, as Intolerâncias e os Conflitos FFLCH/USP/SP, onde é também pesquisadora.

No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha; não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável.³

O silêncio pós-traumático

O vácuo de palavras que sucede a uma brutalidade vivida indica a impossibilidade de integração dos afetos produzidos pelo acontecimento. Nessas circunstâncias a elaboração das cenas sofridas e protagonizadas não será alcançada. O silêncio acompanha por longo tempo, muitas vezes para sempre, o cotidiano dos envolvidos em situações de ameaça a suas vidas. Não é permitida a expressão daquilo que, dada sua violência, não pôde ser inscrito psiquicamente. Buracos de sentido derivam do terror. Restam o susto e a intensidade obscura, sem nome nem contorno; invasão incompreensível de vazios subjetivos inomináveis. O silêncio mortífero reflete o que não faz traço, não tem registro, mas que deixa marcas, e se configura como fonte de sofrimento individual e social.

O risco do fechamento emudecido e ancorado na chaga subsequente à vivência traumática purgará feito ferida infeccionada na carne, contaminando o que possa haver de vital e de experimental. Os processos e estados emocionais presentes num momento assustador são diversos daqueles que têm lugar em estado de relativo equilíbrio ordinário. Nestes uma hermenêutica pode ser criada e partilhada pelo sujeito do acontecimento. Naqueles dá-se a quebra

- 1 Faço uso da palavra desvitimização mesmo não estando ainda dicionarizada, considerando que já é um neologismo utilizado em artigos com temas como escravidão, sistema penal, violência, etc.
- 2 Este texto, aqui amplamente re trabalhado, teve uma primeira versão publicada sob o título “De vítima a testemunha: considerações psicanalíticas”, *Oraldades* (NEHO/ USP), vol. 09, 2011, p. 17-27.
- 3 W. Benjamin, “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leakov”, p. 198.

81

PERCURSO 52 : p. 81-88 : junho de 2014



como, então, dizer e compartilhar?
Essa a indagação diante
da não memória dos soldados:
nenhuma história a narrar...

psíquica que lança cada sujeito para o lugar de assujeitado e desamparado.

A força da realidade arrebatadora trinca o eu e rompe seu contorno, impedindo a formação do traço da experiência a partir do qual o sentido pode vir a ser criado: sem traço psíquico, sem significação e afogado em signos desprovidos de associações, atulhado de uma espécie de figurabilidade sem acesso representacional, sem semiótica possível. Nem memória: o espaço da memória não opera a função de recordar, mesmo tendo sido marcado. Resta um presente que não cessa de acontecer. Não há mais temporalidade: o que passou não passa e o que poderia advir não se elabora: presença invasiva de uma brutalidade atual regida pela compulsão à repetição.

Como, então, dizer e compartilhar? Essa a indagação diante da não memória dos soldados: nenhuma história a narrar... Eles carregavam o peso do impossível de ser experienciado, apesar de ter sido infringido contra suas vidas como ameaça de morte.

[...] o que se ausenta não é simplesmente o relato do vivido, mas ocorre a pulverização da própria experiência como um acontecimento compreensível. O que aconteceu na Grande Guerra mostra a relação inseparável entre experiência e relato [...] chamamos experiência ao que pode ser posto num relato, algo vivido que não apenas se sofre, mas que se transmite. *Existe experiência quando a vítima se transforma em testemunha* [...]⁴.

O trauma impõe ao sujeito psíquico um desmanchamento das referências que o sustentam

como tal e, com isso, o impede de lidar com o que lhe acontece elaborando suas experiências. O eu trincado não é capaz de simbolizar e tampouco recalcar. As vivências, na forma de repetição compulsiva de imagens e sonoridades oriundas da cena traumática, apoderam-se do território psíquico. Somatização e despersonalização podem ocorrer quando o psíquico encontra-se impedido de suas funções. A cisão do eu não deixa de operar como um esforço limite para eliminação da repetição; também pode ocorrer de as cenas traumáticas insistirem em se (re)apresentar nos sonhos e pesadelos do sujeito, acabando por gerar uma reatividade ao sono. A insônia, povoada de angústias espaiadas de maneira atormentadora, fazem-no recair nele, obrigando-o à contundência daquilo que lhe é insuportável. A compulsão à repetição pode chegar a ser a própria iniciativa de retorno à cena traumática, ainda que aparentemente modificada, numa busca do sujeito de dominar aquilo que lhe domina. Não há meios de o sujeito encontrar o alívio que deseja se permanecer isolado e cercado pelo traumatismo.

O efeito traumático é produzido pelo excedente de angústia não passível de simbolização e não representável por meio da palavra. Sendo transbordadas as defesas, uma angústia automática, catastrófica, avassala o eu, impondo um estado de estupor, paralisia, inermidade, desvalimento e desamparo. Impõe-se um padecimento impossível de suportar, incompreensível, impensável e indizível⁵.

Quem escuta

“Incompreensível, impensável e indizível”, mas que pode ser acolhido e escutado. A escolha ética de se escutar um ruído no silêncio de quem não pode falar permite a configuração de um espaço de reconhecimento da angústia desmesurada. Abre-se uma chance de cumplicidade para a busca de uma movimentação psíquica, para a retomada da palavra e de sua inserção na rede de pensamento. A ruptura no eu causada pelo trauma interrompe

o fluxo da vida psíquica também por impedir o luto necessário para que ele transcorra.

A mudança exigirá não o apagamento puro e simples ou a exclusão do vivido, mas sua relativa inclusão psíquica por um caminho de reanimação da experiência emocional e sua tentativa de elaboração. A presença da alteridade é uma demanda jamais dispensada nesse percurso. A alteridade é que mediará junto ao sujeito a possibilidade de se apropriar da experiência e alocá-la na rede simbólica transmissível que inclui todos humanos.

A desvitimização é também a consecução do lugar de testemunha. Esta inscreve psiquicamente o acontecimento e o sustenta na memória, estando apta a expressá-lo. O testemunho pode se dar quando quem viveu um acontecimento encontra-se em condições de narrá-lo para um outro. Para narrá-lo é necessário tê-lo inscrito. Mas como tornar possível a fala expressiva, a narrativa, quando o vivido encontra-se indizível?

Espera-se daquele que se dispõe a escutar um testemunho que o reconheça como tal. Quem escuta também se coloca no lugar de testemunha do relato, viabilizando uma cadeia afirmativa do acontecido e subjetivamente vivido. Então, o essencial: escutar o indizível exige, primeiramente, se dispor a suportar sua transferência, fazer-se testemunha do efeito da violência perpetrada contra o sujeito que, sob tal condição, talvez possa alicerçar algo de sua própria narrativa testemunhal. Um processo de tal amplitude habilita a tecer condições necessárias efetivas para a elaboração: o reconhecimento, para além do si mesmo, de que o vivido – da ordem do enlouquecimento e da ameaça de morte – pode, a partir de então, e com ajuda, ser nomeado justamente como algo com poder de enlouquecimento e morte e que reclama ser psiquicamente contido e trabalhado.

O recurso da transferência dará sustentação ao nascimento da narrativa oral cujo objetivo

»
*o desinvestimento pode chegar
a atingir até mesmo a unidade
narcísica básica (narcisismo
de morte), desorganizando
o universo psíquico*

será constituir um movimento reparador e uma chance de saída da posição violentamente estereotipada de vítima passiva. A alteridade precisa estar imbuída de confiança e pronta a reconhecer a legitimidade da busca de criação de sentido pela inserção do traumático na cadeia de representações psíquicas. Escreve Jacques André: “[o] acontecimento traumático só se transforma em abertura – e não simplesmente em recalque – se encontrar alguém para escutá-lo”⁶.

1. André Green tem uma concepção teórica sobre a pulsão de destruição que auxilia a pensar a elaboração da vivência traumática numa experiência apta a ser reconstruída pela memória. Para ele o trabalho depende do manejo específico da transferência-contratransferência, tomando em conta o par pulsão/objeto. Seu entendimento sobre a pulsão de morte altera algo diante da segunda teoria freudiana das pulsões: a pulsão de morte é entendida como *função* de desinvestimento. O desinvestimento pode chegar a atingir até mesmo a unidade narcísica básica (narcisismo de morte), desorganizando o universo psíquico. E nessa dinâmica não apenas a força da pulsão estará em jogo, mas o objeto está implicado na ação e no modo de ação da pulsão de morte. O objeto não é o que sofre a ação da expulsão primária da pulsão de morte, mas ele a instiga e a mobiliza num processo conjunto pulsão-objeto. Em sua mudança de concepção teórica sobre a pulsão de morte, propõe renomeá-la: pulsões de destruição. Segundo Green, elas agem nas direções interna e externa e os territórios de sua ação são intrapsíquico e intersubjetivo. Em sua

4 B. Sarlo, *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo*, p. 31. Grifos meus.

5 M. Fuks, “Trauma e dessubjetivação”, p. 143.

6 J. André, “O acontecimento e a temporalidade – o *après-coup* no tratamento”, p. 14.



*o outro ocupa um lugar
irredutível na constituição psíquica
e, portanto, o trabalho clínico acima
descrito é sempre um trabalho
da cultura que implica investimento
libidinal objetual*

maneira de propor o entendimento sobre a operatividade não apenas das pulsões de morte, mas também das pulsões de vida, renomeia o par de conceitos a ser considerado como *função objetualizante* e *função desobjetualizante*.

[...] os grandes mecanismos descritos por ele [Freud] como características da pulsão de vida e da pulsão de morte são a ligação e o desligamento. Essa ideia é correta, mas insuficiente. [...]

Sugerimos a hipótese de que o objetivo essencial das pulsões de vida é assegurar uma *função objetualizante*. Isso não significa apenas que seu papel seja o de criar uma relação com o objeto (interno e externo), mas também que ela se revele capaz de transformar estruturas em objeto, mesmo quando o objeto não está diretamente em questão. [...] Esse processo de objetualização não se restringe a transformações tão organizadas quanto o Eu, mas pode se referir a modos de atividade psíquica, de tal maneira que, no limite, *é o próprio investimento que é objetualizado*. Este conduz, portanto, a distinguir o objeto da função objetualizante, onde, evidentemente, a ligação, acoplada ou não ao desligamento, entra em jogo. [...] Inversamente, o objetivo da pulsão de morte é realizar, tanto quanto possível, uma *função desobjetualizante* pelo desligamento. Essa qualificação permite compreender que não é somente a relação com o objeto que é atacada, mas também todos os substitutos deste – o Eu, por exemplo, e o fato mesmo do investimento na medida em que ele sofreu o processo de objetualização⁷.

Para Green, a compulsão à repetição (campo da desobjetualização, do narcisismo mortífero) não se reduz a uma problemática pulsional do

sujeito que opera por automatismo. Ela se instala quando não é possível alcançar uma solução propícia ao funcionamento *pulsional* e ao funcionamento do *objeto* primário. Implica a falta de condições em renunciar à satisfação bem como uma busca de expulsar a frustração do psiquismo. Seu objetivo está na eliminação do que causa dor psíquica pela via da alucinação negativa (nem pela ação transformadora que encontra a satisfação e nem pela satisfação alucinatória); essa espécie de atuação – *agierem* – procura a eliminação da pressão pulsional, da posição passiva e do desamparo: uma *dessimbolização* do ato.

Há, pois, uma dificuldade em sair do submetimento imposto pela compulsão à repetição, desobjetualizante, responsável pelo circuito intrapsíquico decorrente do trauma, em direção a uma ligação de outra qualidade, intersubjetiva, objetualizante. A descarga insistente (cujo objetivo é a destruição de si mesma, mas que afinal se retroalimenta) necessita ser transferida ao analista: este terá de se dispor à sua violência, terá de sobreviver a ela e, ainda mais, sob esses ataques terá de seguir capaz de oferecer interpretações ao sujeito. Nessa operação transferencial está sendo visada a fusão de libido sádica à intensidade mortífera. Na fusão, a libido conduzirá à retomada do investimento objetual e o sujeito poderá conseguir se reapropriar do “jogo da representação”, voltando a experimentar a vida onde estava instalada a fixidez da morte⁸.

O outro ocupa um lugar irredutível na constituição psíquica e, portanto, o trabalho clínico acima descrito é sempre um trabalho da cultura que implica investimento libidinal objetual. Seu modelo encontra-se na arquitetura subjetiva mais íntima e estruturante oriunda da rede humana singular, historicamente datada. Apoiado e sustentado nessa rede, o corpo nascente e pulsante percorre seu trajeto humanizador. O aspecto dinâmico da psique deixa entrever tal condição.

Mas as violências e os traumas não são iguais: o que ataca de fora não tem a mesma qualidade originária inconsciente da relação arcaica entre pulsão e objeto. Entretanto, diante

de ataques externos nem todos emudecem e se sentem impossibilitados, paralisados pela invasão da violência que sofrem. Cada qual desenvolve, amparado pelo objeto primordial, os próprios arranjos para forjar sua unidade narcísica mais ou menos instável. Também por isso, pessoas diferentes reagem de maneiras distintas. Mas há limites.

O entendimento possível sobre a ocorrência histórica e social de um evento da realidade considerado traumatogênico também é fator determinante (diferentemente: guerra, guerrilha, tortura, estupro, violência criminal, vivências repetidas de privação, desemprego prolongado, assassinato e desaparecimento de pessoas amadas, tragédias causadas pela natureza). Seus compostos tecem as circunstâncias que irão corroborar na eclosão disruptiva, traumática, bem como na exigência transferencial feita ao outro analítico. No entanto, a objetualização, por princípio dinâmico, rompe o circuito intrapsíquico solipsista e atinge identificações cristalizadas.

Por exemplo, na situação de identificação com o agressor, Ferenczi descreve o movimento em que a vítima – desesperada pela condição à qual está submetida – se coloca inconscientemente do lado do agressor, na esperança de retomar o controle sobre o que está vivendo.

[...] este medo, quando atinge o seu ponto culminante, obriga a vítima a apresentar-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se completamente de si mesma, e a identificar-se totalmente ao agressor. Por identificação, podemos dizer introjeção do agressor, este desaparece como realidade externa e se torna intrapsíquico⁹.

O conceito de identificação com o agressor implica a ativação da culpa: se o agressor foi introjetado à vítima, ela agora se percebe como ativa, na condição de seu próprio agressor: passa a ser o destinatário de toda série de violências

»
o conceito de identificação com o agressor implica a ativação da culpa: se o agressor foi introjetado à vítima, ela agora se percebe como ativa, na condição de seu próprio agressor

contra si mesma; ela se considera perpetrador e vítima, ao mesmo tempo. Nesse processo, a violência, entre outras, trata de retirar ou diminuir a responsabilidade do agressor. Como consequência, o sujeito passa a desculpá-lo com argumentos que justifiquem as razões por ele ter agido como tal. Capciosamente, a vítima se coloca como responsável pelo ocorrido e merecedora de mais agressão. Esse sistema tem efetividade e duração, ainda que se instale como uma busca para minimizar a intensidade de seu sofrimento.

A proposição teórico-clínica de Green a respeito da necessidade de a transferência dar suporte à violência traumática, de modo a reativar a função objetualizante pela fusão de libido sádica ao que denomina função desobjetualizante, permite a quebra da montagem intrapsíquica descrita por Ferenczi. Se houve uma identificação ao agressor, essa mesma identificação é responsável pelo fechamento da dinâmica intrapsíquica que atinge o eu. O circuito da repetição traumática, cujo excesso intensivo mortífero patina sobre si mesmo, ao ser desviado transferencialmente ao psicanalista funda uma linha de fuga. Trata-se da fusão já descrita. Ela permite o desvio vital do intrapsíquico para o intersubjetivo – campo das identificações.

No enfrentamento das consequências psíquicas do acontecimento violento e de mecanismos como esse é preciso criar condições favoráveis à sua narrativa em alguma forma expressiva. A recuperação da fala proferida diante de um outro disposto a dar suporte à violência da transferência, não sucumbir a ela e interpretá-la explicita o vivido e gera

7 A. Green, *O trabalho do negativo*, p. 99-100.

8 Cf. A. Green, *Le temps élaté*.

9 S. Ferenczi, “Confusão de língua entre o adulto e a criança”, p. 352.



*Viñar retoma a partilha
do testemunho ao descrever e comentar
sobre a experiência acontecida
na África do Sul, idealizada
e levada a cabo por uma comissão
de reconciliação pós-apartheid*

oportunidade de uma experiência reparadora simbólica. Ao falar para alguém disposto a ocupar – e, ao mesmo tempo, não se identificar – a uma posição de objeto sadicamente libidinizada, alguém *a priori* isento de julgamento a respeito do que se passa e que acolhe a presença e as palavras do sujeito, por mais violentas que possam ser, como manifestações de sua verdade psíquica, a vítima é convocada a sair de seu lugar passivo e a ocupar uma posição ativa de fato. Ouvir-se e ser ouvido, disposto a ser interpretado, multiplica os sentidos do que é dito e dessa maneira introduz um interrogante suficientemente potente para interferir na lógica da culpa, pronto a fazê-la vacilar. São outras as identificações que entram “no jogo das representações”.

2. Marcelo Viñar desenvolve o projeto Grupo de Palavras com crianças e jovens marginalizados, na cidade de Montevidéu. Nele os participantes têm a chance de proferir *palavras subjetivantes*, algo tão essencial a uma vida digna quanto o alimento. Segundo ele, esses jovens mostram-se “disponíveis e ávidos de interlocução, o que é suficiente para legitimar a continuidade da experiência”¹⁰. O autor postula como base para seu modo de ação terapêutica a carência dessas crianças também de modelos identificatórios positivos diante da dor do próximo, exatamente porque refletem e projetam a extrema miséria humana e violência de que foram vítimas. O Grupo de Palavras é um dispositivo cujo objetivo está em criar artificialmente as condições para outros modelos identificatórios por oferecer um

cuidado ao ouvir e permitir que toda palavra tenha lugar numa escuta transferencial. Falar e ser escutado são considerados, na vida dessas crianças e jovens, “um processo faltante de humanização, que precocemente deveriam prover uma família suficientemente sadia e a escola”¹¹. Essa escuta não é benevolente. Ela deve enfrentar a violência ali contida com força e sentido, sem se deixar escorregar para uma posição aplacadora.

Também ao retomar as narrativas de sobreviventes do holocausto, recolhidas por Steven Spielberg, Viñar nota a importância dessa prática chamando a atenção para seu longo alcance, para a desidentificação, podemos afirmar, com a posição passiva da vítima melancolicamente debruçada sobre sua angústia infinita:

Aqueles que recolheram os depoimentos contam que o que fazia bem aos que narravam sua história era quando se lhes dizia: “Esta fita cassete que você está gravando será escutada nas Nações Unidas, na Suíça”. Não pode haver um fechamento entre as vítimas; é necessário que o testemunho transcenda o grupo dos que sofrem, que haja uma comunidade de escuta que seja sensível e que liberte a vítima do seu lugar de sofrimento. [...] Acredito que se deva buscar o que Robert Antelme¹² chama de “invenção de uma máquina que permita contar o horror para dele se poder sair!”¹³.

Ainda de outro ângulo, Viñar retoma a partilha do testemunho ao descrever e comentar sobre a experiência acontecida na África do Sul, idealizada e levada a cabo por uma comissão de reconciliação pós-*apartheid*. Ali, os torturadores puderam ser anistiados apenas ao confessarem integral e detalhadamente seus crimes. Muitos torturadores narraram suas ações espúrias por horas intermináveis. Esse fato permitiu que a sociedade toda se inteirasse do ocorrido naquele longo período, e impediu que ela se dividisse entre os que tinham torturadores e vítimas na família e os que se sentiam distantes por não terem *nada a ver com isso*. Essa identificação opera como um analisador da cultura porque quem escuta experimenta a violência em

condições de fazer-lhe frente psiquicamente. Um tal trabalho libera a vítima de ser a depositária única do ocorrido e implica o coletivo das comunidades negra e branca. Todos passaram a ser testemunhas do que se vivia e do que havia sido vivido ao longo do *apartheid*. Escreve esse autor:

Penso ser necessária a mediação de um terceiro. É necessário que a sociedade possa falar do nunca-mais, que a imprensa possa publicar, que possam existir peças de teatro e periódicos, que haja um exorcismo dos tempos de terror e que todos possam vê-lo. Isso distende a vítima. Quando o coletivo social acolhe, amortiza e serve de testemunha, a vítima se sente menos isolada. Quando a vítima é segregada, necessita de um lamento perpétuo até a sua morte, como se estivesse aprisionada numa memória sacrificial, num gemido perpétuo¹⁴.

A fala é portadora do sentido. E o sentido é o que de mais importante o objeto pode prover ao sujeito para que este se sinta restabelecido ao universo humano de pertencimento. Anne Denis, cujo artigo é trabalhado por Green¹⁵, afirma que nos casos de *assassinato da alma* – como são comuns nos universos concentracionários e nas ditaduras de Estado – aquilo que dispara o impulso assassino é o fato de a vítima possuir uma vida psíquica. O assassino da alma deve encontrar uma alma a ser assassinada; aliás, é justamente isso que o perpetrador não suporta e quer destruir. Ela atribui, como o faz também

»
“dor psíquica e dor
concentraciônica se comunicam
entre si [...]. A dor da dor é essa de não
ser consolado em seu sofrimento.”

[André Green]

Green, à clivagem entre representância (*représentance*) e significância (*signifiante*) o desaparecimento de uma língua viva – como a *poesia da língua materna* que cria uma continuidade entre o corpo e a linguagem. Essa poesia é uma espécie de ponte entre o sentido e a significação, aquilo que para a autora “une a linguagem pré-verbal e a significação verbal”. E essa ponte é atacada pelo trauma obrigando o sujeito a uma vivência sem sentido. Para Green, o sentido é que responde pelo *holding*, e não propriamente o objeto. “Dor psíquica e dor concentracionária se comunicam entre si [...]. A dor da dor é essa de não ser consolado em seu sofrimento.”

Na lida infundável com a destrutividade radical humana coloca-se a questão do alcance e do limite da função da criação de vínculos identificatórios entre as pessoas, entre os grupos, entre as comunidades, entre as nações. Há intensidades de vivências que não se restringem ao espaço elaborativo do discurso individualizado. Os psicanalistas trabalham com sua singularidade forjada no território da cultura. Os coletivos humanos forjam outros tantos dispositivos ao acolhimento que é preciso disponibilizar às vítimas. Em todo caso, está irremediavelmente posta a exigência fundadora do sujeito de que sejamos todos reconhecidos como humanos desde o princípio de nossas vidas; considerados um entre os outros humanos durante a vida; sermos tratados como humanos na morte e lembrados como humanos após a morte. “O sentimento de pertencer à espécie humana implica sempre o outro como semelhante humano.”¹⁶

10 M. Viñar, *Mundos Adolescentes y vértigo civilizatório*, p. 112.

11 M. Viñar, *op. cit.*, p. 113.

12 Viñar se refere à obra *A Espécie humana*, publicada em 1947, escrita por Robert Antelme. Participante da resistência francesa, preso pela Gestapo até praticamente o final da Guerra, buscou, pela escrita, dizer o indizível da experiência de desumanização radical vivida nos campos de concentração.

13 M. Viñar, “Uma utopia sem lugar de chegada”, p. 237-238.

14 M. Viñar, *op. cit.*, p. 236.

15 Cf. A. Green, *Illusions et désillusions du travail psychanalytique*, p. 237-242, em que trabalha o artigo de A. Denis, “Principe de mort, destruction du sens, contresens”, in A. Green (org.), *Les voies nouvelles de la thérapeutique psychanalytique. Le dedans et le dehors*, Paris, PUF, 2006.

16 “Le sentiment d’appartenir à l’espèce humaine implique toujours l’autre comme semblable humain.”, A. Denis, *op. cit.*, p. 511 [citada por A. Green, *Illusion et...*, p. 239].

Referências bibliográficas

- André J. (2009). O acontecimento e a temporalidade – o *après-coup* no tratamento. Relatório referente aos trabalhos realizados durante o *69ème Congrès de Psychanalystes de Langue Française: "L'Après-coup"*. Paris, 21-24 maio 2009.
- Benjamin W. (1930/1994). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leakov. In *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense (Obras Escolhidas vol. 1).
- Ferenczi S. (1933/1992). Confusão de língua entre o adulto e a criança. In *Obras Completas/ Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud S. (1905/1973). Tres ensayos para uma teoria sexual. In *Obras Completas de Sigmund Freud*, tomo II. Trad. Luis Lopez-Balesteros y de Torres. Madri: Editorial Biblioteca Nueva.
- _____. (1920[1921]/1973). Psicologia de las masas y analisis del yo. In *Obras Completas de Sigmund Freud*, tomo III. Trad. Luis Lopes-Balesteros y de Torres. Madri: Editorial Biblioteca Nueva.
- _____. (1930/2010). O mal-estar na civilização. In *Obras Completas vol. 18*. Trad. Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- Fuks M. P. (2010). Trauma e dessubjetivação. In *Tolerância – Revista do LEI/USP*, vol. 1, n. 1, jan-jun, 2010, p. 143-56.
- Green A. (1993/2010). *O trabalho do negativo*. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed.
- _____. (2000). *Le temps éclaté*. Paris: Editions de Minuit.
- _____. (2010). *Illusions et désillusions du travail psychanalytique*. Paris: Odile Jacob.
- Sarlo B. (2005). *Tiempo pasado*. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- Viñar M. (2000/2014). Uma utopia sem lugar de chegada. In M. Selaibe; A. Carvalho. *Psicanálise entrevista*. São Paulo: Estação Liberdade. p. 219-240.
- _____. (2009). *Mundos Adolescentes y vértigo civilizatório*. Montevideo: Ediciones Trilce.

Unvictimization: psychic work

Abstract When traumatized, the subject becomes corned in the position of being silenced victim. This work deals with the transference attraction of intrapsychic violence to transform it into intersubjective investment capable of being worked through (Green). It also refers to examples of group works, which challenge the violence experienced by psychic subject and by the collectives involved (Viñar). The intersubjectivity opens for the subject possibilities of other identifications to get him out of the victimized position.

Keywords: trauma; victim; transfer; out of victim position.

Recebido em: junho de 2014.

Aprovado em: agosto de 2014.